

Travessia: O processo de modernização da Minas Gerais Oitocentista pelos dados dos censos do início da década de 1860*

Mario Marcos Sampaio Rodarte *
Clotilde Andrade Paiva ♦
Jose Carlos Miranda da Silva ♡

Palavras-chave: censos demográficos; avaliação de dados; método de correção; transformações econômicas; história econômica de Minas Gerais

Resumo

Este trabalho visa, principalmente, aferir as rupturas e, também, as continuidades nas trajetórias da economia e da sociedade na província de Minas Gerais ao longo do século XIX. Para tanto, propõe-se fazer uma análise minuciosa dos dados a serem extraídos dos diversos levantamentos populacionais e econômicos do início da década de 1860. Contudo, para não se ficar apenas na descrição desse ponto isolado no tempo, a pesquisa estendeu sua análise para realizar comparações entre os períodos 1830 a 1860 e de 1860 a 1870, com o acréscimo das evidências empíricas constantes nos censos regionais da década de 1830 e do nacional de 1872.

Área: 1. História Econômica e Demografia Histórica

* Trabalho apresentado no XVII Seminário sobre a Economia Mineira, realizado em Diamantina, entre os dias 29 de agosto e 03 de setembro de 2016. Este estudo foi desenvolvido no Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica do Cedeplar/UFMG no âmbito da pesquisa “Travessia: O processo de modernização da Minas Gerais Oitocentista pelos dados do censo econômico e demográfico de 1862”, coordenado pelo Prof. Mario Rodarte, contando com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

♦ Doutor em Demografia e mestre em Economia pelo Cedeplar/Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Professor da FACE/UFMG e pesquisador do Núcleo de Pesquisas em História Econômica e Demográfica do Cedeplar/UFMG. E-mail: mrodarte@cedeplar.ufmg.br

♦ Doutora em História pela USP. Pesquisadora do Núcleo de Pesquisas em História Econômica e Demográfica do Cedeplar/UFMG.

♡ Bolsista de Iniciação Científica – FAPEMIG, e integrante do Núcleo de Pesquisas em História Econômica e Demográfica do Cedeplar/UFMG.

Introdução

A conjuntura brasileira na era colonial não sofreu grandes alterações na transição para o período imperial, haja vista que com a Independência do Brasil não se promoveu nenhuma mudança estrutural na realidade do país. Entretanto, a década de 1850 representou um decisivo momento de ruptura para a economia e sociedade brasileiras. As velhas e persistentes práticas e instituições da ex-colônia orientadas pelo Ancien Régime foram sacudidas e colocadas em xeque por importantes políticas econômicas realizadas no sentido de promover um esforço decisivo para se estabelecer a ordem capitalista. As iniciativas mais emblemáticas foram as promulgações da Lei de Terras, da Lei Eusébio de Queiroz e pelo estabelecimento do Código Comercial.

A Lei de Terras, que substituiria o antigo sistema de doação de sesmarias a pessoas de posse estabelecia, entre outras coisas, que o acesso às terras públicas dar-se-ia, a partir daquele momento, apenas pela sua compra e que os fundos do Estado derivados dessa venda de terras financiariam a imigração européia (Paula, 2002: 23); ao passo que a Lei Eusébio de Queiroz fechou, definitivamente, o tráfico Atlântico de escravos. Dessa forma, as duas mudanças institucionais, de forma combinada, propiciaram a criação do mercado de terras e do trabalho, essenciais no modo de produção capitalista. Por último, o Código Comercial de 1850 representou uma transformação institucional ainda mais direta da mudança de natureza dual dos domicílios por serem, ao mesmo tempo, unidade de produção e unidade de procriação uma vez que esse Código e as leis posteriores (1862) contribuíram para a separação entre família e negócios em termos de responsabilidade financeira por dívidas, promovendo uma cisão entre as duas esferas, tal como se dá nas economias de mercado:

“À medida que mais sociedades foram se formando [beneficiadas pela lei de 1862] os homens passaram gradativamente de um compromisso primordial com a família patriarcal extensa, ou clã, a um compromisso primordial consigo próprios e com sua família nuclear” (Nazzari, 2001: 175).

Pouco se sabe ainda sobre a evolução da economia e da população, em Minas Gerais, nesse momento de inflexão. Contudo, uma das fontes principais para se analisar o período são os documentos dos inquéritos provinciais, isto é, as respostas de autoridades locais a inquéritos da presidência da província, acerca de diversos temas sócio-econômicos e demográficos. A prática de inquirir vereadores, párocos, delegados, e outros, a respeito da realidade local, por parte das autoridades máximas de Minas, remonta ao final do período colonial, mas suspeita-se que isso foi se tornando mais frequente e elaborado a partir da segunda metade do século XIX, como sugere a análise do acervo de inquéritos provinciais, do qual o Arquivo Público Mineiro (APM) é repositório. Dentre estes documentos, o censo regional econômico e demográfico de 1862 se sobressai como um dos mais detalhados e completos para o período, para um grande conjunto de paróquias.

Este trabalho visa, exatamente, aferir as rupturas e, também, as continuidades nas trajetórias da economia e da sociedade na província de Minas Gerais ao longo do século XIX. Para tanto, propõe-se fazer uma análise minuciosa dos dados a serem extraídos dos diversos levantamentos populacionais e econômicos do início da década de 1860. Contudo, para não se ficar apenas na descrição desse ponto isolado no tempo, a pesquisa estendeu sua análise para realizar comparações entre os períodos 1830 a 1860 e de 1860 a 1870, com o acréscimo das evidências empíricas constantes nos censos regionais da década de 1830 e do nacional de 1872.

Em outras palavras, o trabalho buscou identificar as diferentes evoluções demográficas antes e depois da metade do século XIX, quando ocorrem as transformações institucionais pró-mercadistas, com o abandono das normas e práticas do antigo regime local, tal como a interrupção do suprimento de mão de obra pelo tráfico atlântico de escravos. Com isso, procurou-se analisar possíveis impactos das mudanças das políticas econômicas e sociais sobre a economia e sobre o comportamento demográfico. A análise deu-se em dois níveis. Primeiramente, investigou-se a evolução de Minas Gerais no contexto do Império e, em seguida, estudou-se as mudanças no cenário intra-provincial, por meio de comparações das diversas regiões da Província.

Fontes e metodologia

Para que o estudo evolutivo da população fosse concretizado, foi necessário o levantamento de fontes demográficas para três períodos do tempo: as décadas de 1830, 1860 e 1870. Para os dois períodos extremos foram empregadas fontes tratadas em Rodarte (2008). Para a década de 1860, no entanto, novas fontes documentais foram utilizadas e uma elaboração de estimativas populacionais para o Império foi realizada a partir de dados divulgados nos trabalhos de Botelho (1998) e Sousa e Silva (1986)². No caso particular de Minas Gerais, a elaboração de uma estimativa populacional iniciou-se pelo levantamento de três fontes: os inquéritos paroquiais de 1861, as listas de fogos de 1862/63 e o quadro de estimativa da população de paróquias apresentado em Almanak (1864).

Rever temas históricos a luz de novas fontes faz parte de um esforço continuado do grupo de pesquisas do NEPHED³ que nos últimos anos vem, inclusive, se empenhando na disponibilização via internet de seu banco de dados. Neste trabalho procurou-se destacar dois inquéritos realizados no início da década de 1860⁴: o primeiro, datado do início do ano de 1861, respondia ofício do Presidente da Província de 06 de dezembro de 1860 dirigidos aos juízes de direito. As unidades de informação eram as povoações de cada freguesia e apresentava dados sobre a população, nascimentos e óbitos e um expressivo conjunto de dados econômicos.

O segundo respondia também a ofício do Presidente da Província dirigido, desta feita, às autoridades eclesiásticas. Martins, Silva e Lima (2002) utilizou parte desta documentação e resgatou aspectos importantes de sua história. Complementam estas duas fontes as estimativas de população apresentadas no Almanak do Assis de 1864, obra bem dentro do espírito da época que consolidava informações de múltiplas fontes.

No contexto dos trabalhos estatísticos que se multiplicaram ao longo do século XIX há diversas tentativas, frustradas ou levadas a bom termo, de se realizar levantamentos com a finalidade de conhecer a população e a economia mineiras durante o período provincial. Tanto as que se frustraram quanto aquelas levadas a bom termo deixam clara a preocupação do governo imperial em conhecer para bem governar.

A segunda metade do século XIX, década marcada por importantes transformações tais como o fim do tráfico de escravos⁵ e a aprovação da lei de terras e do código comercial,

² Para a província de São Paulo, empregou-se as correções de Bassanezi (1998)

³ Nucleo de Pesquisa em História Economica e Demográfica do Cedeplar/FACE/UFMG

⁴ Citar aqui a pesquisa Travessia

⁵ Lei Euzebio de Queiroz

começou sobre o impacto de uma tentativa frustrada de realizar um recenseamento geral do império e estabelecer o registro civil dos nascimentos e óbitos.⁶

Aparentemente associar à proposta de laicizar os registros de nascimentos e óbitos à mobilização para a realização do censo não foi uma boa ideia. A intensa reação popular contra o registro civil acabou comprometendo também a realização do censo.⁷ Prevaleceu a vontade popular e o Decreto 907, que suspende os anteriores, é publicado em 29 de junho de 1852.

Qual o impacto deste censo que não aconteceu sobre as estatísticas futuras? É possível que o amplo e acirrado debate que se travou em torno da iniciativa imperial tenha contribuído para ressaltar a importância do conhecimento estatístico e estimular criação da Sociedade Estatística do Brasil, em 1855, sob a imediata proteção do Imperador. Consolidou-se a ideia de que centralizar os procedimentos de levantamento populacional do Império era uma forma de viabilizá-lo. Simultaneamente multiplicam-se nas províncias os levantamentos de informações estatísticas sobre a população e a economia.

Com a inviabilização do censo só restou ao governo imperial recorrer as estimativas populacionais já existentes, via de regra, coletadas pelas presidências de província. As tentativas de atribuir aos chefes de polícia a tarefa de realizar os arrolamentos populacionais também não deram resultado satisfatório.⁸ Para contornar esta dificuldade em outubro de 1854, o Ministro do Império enviou uma circular solicitando estimativas das populações provinciais. Talvez seja esta a explicação pela concentração de levantamentos estatísticos com esta data de referência.

O relevante é que o censo de 1852 foi suspenso mas o interesse pelos dados estatísticos continuou presente. Uma prova disto é o grande número de correspondências oficiais solicitando e enviando informações estatísticas ao governo provincial. Em geral, era através dos inquéritos provinciais que as autoridades tomavam conhecimento de assuntos da maior relevância para a Província: dinâmica demográfica, evolução da produção de bens e serviços, comércio, surgimento de novos núcleos urbanos, etc.⁹

⁶No final do ano de 1850, por iniciativa do Marques de Monte Alegre, promulga-se a Lei no. 586 (válida para o exercício orçamentário de 1851 a 1852) mandando organizar e executar o censo geral do império e fixando sua data de referência para 18 de julho de 1852. O Decreto 797 que trata do censo geral e o Decreto 798 que trata do registro civil são ambos datados de 18 de junho de 1851. O registro de casamentos não foi incluído neste momento.

⁷Sobre as manifestações de repúdio as medidas do governo imperial ver Senra (2006: 150)

⁸A lei do censo de 1852, por sua vez, serviu para trazer definitivamente ao âmbito do Ministério do Império a competência para organizar a estatística da população. Ver detalhes em Botelho (1998).

⁹Ofícios eram enviados as diferentes autoridades administrativas solicitando estas informações, que com maior ou menor brevidade, enviavam informações ao poder central. Essas respostas dos municípios, paróquias e distritos serviam, dentre outros fins, para elaboração de políticas públicas, e o seu rico conteúdo era, com frequência, reunido e sistematizado nos chamados “Relatórios ou Mensagens dos Presidentes de Província”. Embora bastante heterogêneos na forma e no conteúdo os documentos tem datas muito próximas o que levou o NPHED elaborar uma proposta de metodologia para articular os vários inquéritos formando um banco de dados mais completo. Os documentos já introduzidos no banco de inquéritos eram respostas à solicitações do presidente de província, sendo que a maioria das respostas referem-se às solicitações do ano de 1854. Os autores apresentam uma nova forma de banco de dados, capaz de comportar dados qualitativos e

Os dois levantamentos provinciais referidos anteriormente embora quase simultâneos tinham, no entanto, formatos diferentes:

- o de 1861 respondia a solicitação do Presidente da Província feita em portaria expedida em 6 de dezembro de 1860 fornecendo quadros impressos/modelos para serem preenchidos por cada freguesia. Para cada localidade perguntava-se sobre população por condição, nascimentos e óbitos ocorridos no ultimo ano também por condição. Solicitava-se um conjunto expressivo de informações, sobretudo, sobre a economia local (número de habitantes por ocupação, numero de fazendas segundo a atividade, se “de criação” ou “de agricultura”, relação nominal das lavras e minas existentes e uma informação detalhada sobre ramos de atividade: produção agrícola, criação, indústria, importação, exportação, estradas, distâncias.). Aparentemente, o texto abaixo é uma cópia do ofício que foi enviado solicitando as informações:

Ilmo Senhor, para bem puder dár cumprimento a uma Portaria do Exmo Snr Conselheiro Presidente da Provincia de seis de dezembro próximo passado, cumpre que V. Sra quanto antes me envie uma relação que contenha os esclarecimentos seguintes. 1º. O nome da povoação que existir neste districto com indicação do numero da cazas nella existente, o número de seus habitantes, com distinção dos livres e escravos, sexos, nomes, idades, ocupações, empregos, ou oficiais. 2º. Huma igual lista de todos os mais habitantes do seo districto existente nas fazendas, o nome delas, assim de cultura como de criação. 3º. Os nomes das minas ou lavras existentes, sua especialidade, quantidade, e valor provável do mineral extrahido. 4º. Quaes são os gêneros principalmente cultivados nesse districto, e que tal é a sua qualidade. 5º. Qual é a importância provável da criação que ahi produz e a especialidade dos animaes. 6º. Qual o estabelecimento de indústria que ahi existe, e qual o valor provável dos objectos anualmente fabricados. 7º. Qual é a quantidade e o valor dos gêneros importados, e consumidos nesse districto. 8º. Qual a espécie, quantidade, e o valor dos produtos desse districto annualemente exportados. 9º. Quaes são as principais estradas que percorrem esse districto e para onde se dirigem. 10º. Finalmente quaes são as distancias entre as diferentes povoações existentes nesse districto. Tendo V. S. em vista os quesitos a cima, eu espero do seo zelo pelo bem publico, que quanto antes me responderá e dará cumprimento a esta ordem para cumprimento da qual no que toca o arrolamento da população, deverá lançar mão dos Inspectores de Quarteirão, devendo ser bastante escrupuloso nas demais declarações. Deos Guarde V. S. Uberaba 31 de Janeiro de 1861____

Ilmo. Sr. Subdelegado de ____

O Juiz de Direito Manoel Je. Pinto de Vasconcellos

APM. Códice SP892 parte1 doc[20] e doc [21]

O segundo levantamento da década de 1860 foi parcialmente trabalhado por Martins et al em 2002. Os autores resgataram os modelos de coleta utilizados localizaram e descreveram da forma abaixo o que denominaram mapas de população de 1862/63:

quantitativos, que foi inspirada na forma como se apresentavam as respostas aos inquéritos provinciais do século XIX, impróprios para qualquer forma convencional de organizar as informações. O objetivo do projeto de banco de dados é pretensioso: primeiramente procura-se uma forma versátil de manusear informações quantificáveis, com elementos qualitativos. As associações e conexões entre os documentos introduzidos no banco de dados potencializaria a sua utilização, tornando praticamente uma nova fonte. (RODARTE et al, 2003).

“Em 12 de novembro de 1861, o Presidente da Província de Minas Gerais enviou aos vigários das paróquias mineiras um ofício onde ordenava que fossem fornecidas informações sobre a população e as indústrias de cada freguesia, segundo um modelo padronizado de formulário. Neste, deveria constar o nome da freguesia e o município ao qual ela pertencia, a data em que foi preenchido, o número de quarteirões e de fogos ou domicílios existentes, o total dos habitantes discriminados por condição livre ou escrava e sexo, o estado civil, as idades da população distribuídas em 5 faixas etárias – 1 a 7anos, 8 a 15 anos, 16 a 30 anos, 31 a 50 anos e 50 anos em diante - e as indústrias.” Martins et all (2002: 2)¹⁰

E finalmente também recorreremos ao Almanak do Assis publicado em 1864 que apresenta um “Quadro da Estatística da Província de Minas Geraes” com a população total de cada povoado organizado por municípios e comarcas. Trata-se de uma estimativa indireta com base no numero de votantes conhecido por povoação. Os dados foram retirados das listas de votantes de 1860 e quando o dado não estava disponível recorreu-se aos dados de 1862, Calculou-se a população de 1862 da seguinte forma: com base na relação de 12 indivíduos por votante em 1860 e de 9 pessoas por votante quando o dado se referia a 1862. Os valores dos multiplicadores, segundo o autor, “são termos médios que encontramos em vista de um ressenhecimento de 1861”.

Aparentemente o autor teve acesso a alguns resultados do arrolamento realizado em 1862/63 mas optou por trabalhar com os dados da lista de votantes dos anos anteriores, 1860 e 1862 cuja cobertura era maior usando os resultados do arrolamento apenas para balizar suas estimativas. Os municípios usados para comparação foram: Sabará, Caethe, Leopoldina, Alfenas e Barra do Rio das Velhas cuja população segundo o arrolamento montava a 93.418 habitantes. A estimativa do Almanak Assis apontava para 94.574 pessoas um resultado considerado próximo e portanto aceitável, pela diferença equivaler a 1%, aproximadamente.

Uma proposta de estimativa populacional

A proposta de estimativa populacional defendida aqui é, de certa forma, uma aplicação do método empregado em Rodarte (2008; 2012). Tal proposta inicia-se pela obtenção de contagens da população mineira, pelas fontes apresentadas acima. Pelas supostas diferenças de rigor na construção das estimativas, privilegiou-se, para cada uma das 282 paróquias, considerar a população constante na sua relação de fogos de 1862/63. Na falta dessa fonte, utilizava-se os dados do inquérito provincial de 1861 e, na sua ausência os dados contidos no Almanack de 1864. Pelos dados que encontram-se consolidados na Tabela 1, observa-se que apenas 62 paróquias (22%) continham dados da primeira fonte, ao passo da Segunda, os inquéritos provinciais, 105 (37,2%). As demais 115 paróquias, com dados obtidos pelo Almanak, mereceram atenção especial para a aferição da população por condição, uma vez que inexistia este dado no documento. Para os 78 casos em que se tinha dados para o distrito sede na década de 1830 e para a paróquia em 1872, as proporções de livres e cativos foram obtidas por uma média ponderada pela distância no tempo de ambos os levantamentos populacionais. Para os 37 demais casos, a falta da informação de condição foi

¹⁰ O modelo especificado estava anexado ao dito ofício. Infelizmente, o original deste ofício não foi encontrado. Sabemos da sua existência através das respostas enviadas pelos vigários.

suprida pelo cálculo pro rata das demais paróquias da região¹¹, conforme se observa na Tabela 6.

Tabela 1 – População total recenseada, por tipos, segundo condição – Minas Gerais – 1862

Fontes	População						Paróquias	
	Livres		Escravos		Total			
	N	%	N	%	N	%	N	%
Listas de fogos de 1862-63	210.595	19,1	66.021	21,1	276.616	19,5	62	22,0
Inquérito provincial de 1861	282.333	25,6	93.049	29,7	375.382	26,5	105	37,2
Almanaque de 1864	608.749	55,3	154.409	49,3	763.158	53,9	115	40,8
Interpolação 1832-1872	451.991	41,0	109.804	35,0	561.795	39,7	78	27,7
Pro rata	156.758	14,2	44.605	14,2	201.363	14,2	37	13,1
Total	1.101.677	100,0	313.479	100,0	1.415.156	100,0	282	100,0

Fonte dos dados básicos: APM: Inquérito provinciais de 1861; APM: Listas de fogos de 1862-63; Almanak (1864).

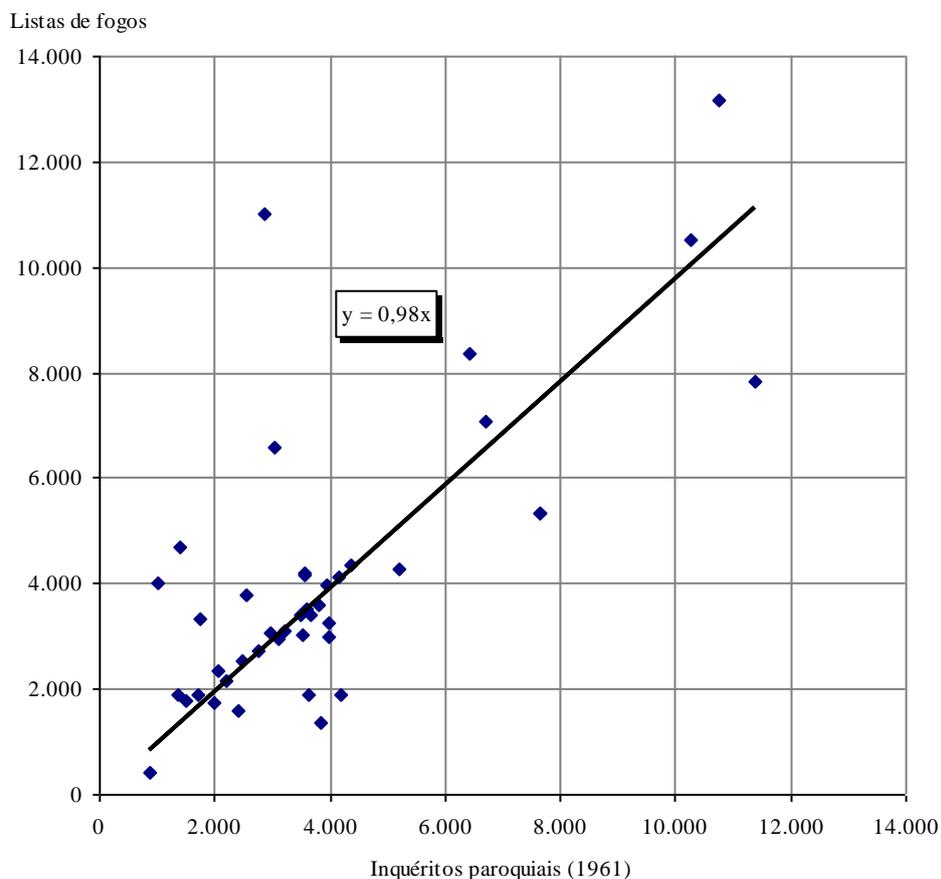
Para avaliar a qualidade das fontes, procurou-se aqui, confrontar os dados populacionais nas paróquias contempladas com dois ou três destes levantamentos demográficos. Como dito acima, o estudo tem por hipótese que a contagem mais discriminada de habitantes tende a ser a mais correta, uma vez que a aferição da população por domicílio, supostamente garantiria um maior rigor.

Nesta primeira avaliação dos dados, buscou-se verificar a proximidade dos dados entre as listas de fogos e os inquéritos provinciais, em 42 paróquias que tinham constantes em ambas as fontes (Gráfico 1). A regressão sem intercepto pelo método dos mínimos quadrados ordinários indica uma relação quase idêntica entre os dados de um documento e outro. No caso, a população das paróquias pelas listas de fogos (y) corresponderia, em média, a 98% da população declarada nos inquéritos paroquiais (x). Este valor médio, contudo, não deve ofuscar o fato de que observou-se grandes discrepâncias nos dados de população de algumas paróquias, que seriam aquelas mais distantes da reta de regressão. Contudo, os valores declarados maiores em um documento tendiam a contrabalançar os valores declarados menores.

Com relação aos dados de população do Almanak de 1864, foram identificadas 59 paróquias com informações também constantes em listas de fogos e a relação entre os documentos encontra-se apresentada no Gráfico 2. Nesta representação, evidencia-se que uma quantidade expressiva de paróquias tiveram declarações de população muito próximas entre as duas fontes, uma vez que se posicionavam próximas à reta tracejada de 45°. Contudo, existe, também, um expressivo conjunto de paróquias com população com sobrestimada em relação aos dados das listas de fogos, o que determinou uma menor inclinação da reta de relação entre os documentos censitários. Por esta reta, a população declarada nas listas de fogos (y) equivaliam, em média, a apenas 70% da população declarada no Almanak de 1864 (x).

¹¹ Isso fez com que os totais de escravos e livres fossem ajustados de diferentes por diferentes percentuais, segundo as identidades regionais. Assim, para a definição de quantos escravos existiam entre os cerca de 42 mil habitantes região da Mata sem informação de condição, o percentual adotado foi de 37%, ao passo que em Minas Novas, uma das regiões menos escravistas, o percentual utilizado foi de 14%.

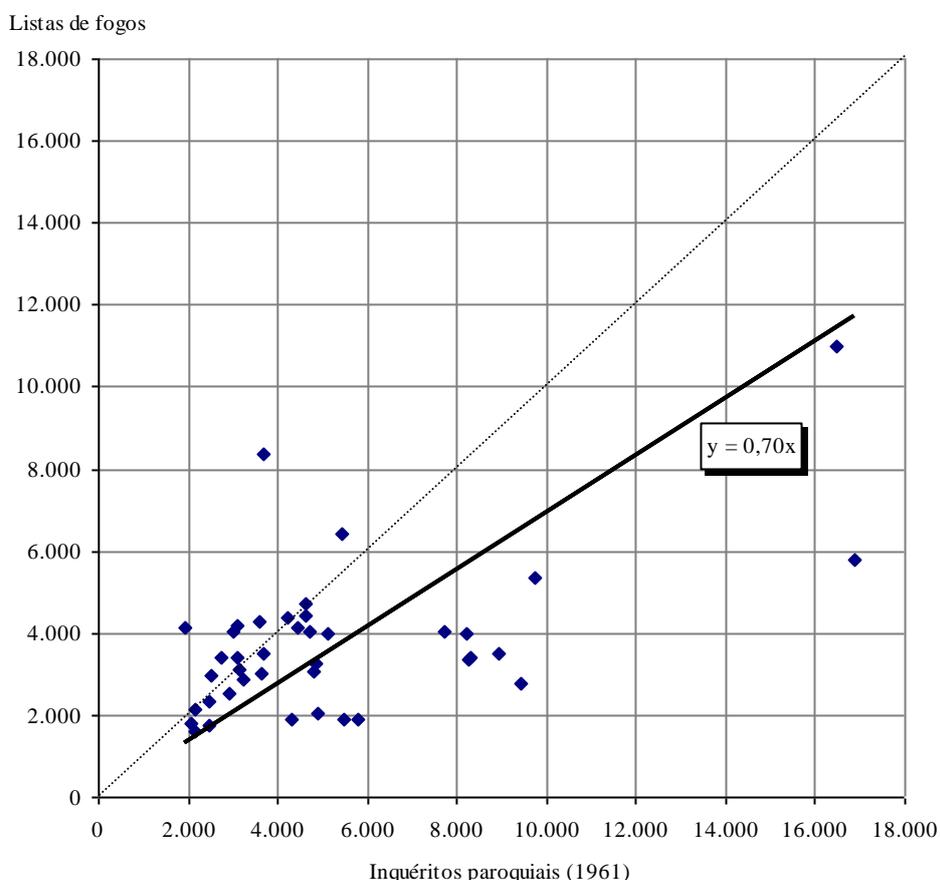
Gráfico 1 – População total de paróquias com informações nas listas de fogos e nos inquéritos paroquiais. Minas Gerais, 1861-1863



Fonte dos dados básicos: APM: Inquérito provinciais de 1861; APM: Listas de fogos de 1862-63.

Posto que reduzir linearmente em 30% a população declarada no Almanak das paróquias iria corrigir o ângulo da reta de regressão mas, ao mesmo tempo, distorcer, de forma acentuada, o dado populacional para um grande conjunto de paróquias que já contavam com dados muito próximos aos das listas de população, optou-se por utilizar os dados desta fonte sem correção. Contudo, manteve-se a condição de serem empregados apenas nas paróquias em que não se contava com dados de população das duas fontes anteriores, isto é, das listas de fogos e dos inquéritos provinciais.

Gráfico 2 – População total de paróquias com informações nas listas de fogos e no Almanak de 1864. Minas Gerais, 1862-1863



Fonte dos dados básicos: APM: APM: Listas de fogos de 1862-63; Almanak (1864).

Concluída a etapa inicial de se atribuir para cada paróquia os dados populacionais de contagens mais confiáveis, passa-se para a segunda etapa da estimativa, que seria cotejar a população de Minas Gerais com o restante da população brasileira, desmembrada por província, no período em questão, no caso, o ano de 1862. Como a lógica de geração de dados populacionais era descentralizada e muito desarticulada de decisões do governo central, ficando cada província incumbida de gerar seus próprios números, dificilmente todas as províncias apresentavam dados para o mesmo ano. Por isso, muitas vezes torna-se necessário obter um dado populacional a partir da interpolação de contagens em anos próximos ao de interesse. Os dados selecionados por província estão apresentados na Tabela 7, do Apêndice. Os detalhes para se chegar aos resultados de 1832 encontram-se descritos em Rodarte (2008; 88). No presente trabalho, um procedimento análogo foi realizado para se chegar aos dados de 1862, por província.

Por fim, a soma das contagens e interpolações de contagens provinciais é confrontada com alguma estimativa populacional brasileira, realizada por análise das componentes da dinâmica demográfica, ou seja, as dinâmicas de mortalidade, nascimentos e migrações. Para o século XIX, duas estimativas se sobressaem (Tabela 2). A primeira, realizada por Mortara (1941: 276), apontava uma taxa de crescimento anual de 1,521%, entre 1840 e 1870. Tal crescimento da população seria mantido por taxas de natalidade de 46,5 por mil, imigração de

0,098% a.a., combinados com taxas brutas de mortalidade de 32,27 por mil. Como a cobertura do censo de 1872 foi considerada quase completa, a estimativa populacional para os anos anteriores seria obtida descontando esta taxa de crescimento até 1840. Anos mais tarde, Merrick e Graham (1981) consideraram que o crescimento da população fosse mais acentuado, de 1,85% ao ano, durante a segunda metade do século XIX, devido a uma maior retração da mortalidade com um ritmo mais acentuado de migração, do que a considerada por Mortara.

Tabela 2 – Estimativas de crescimento populacional – Brasil, século XIX

Anos	Brasil			
	Merrick e Graham		Mortara	
	N.	% a.a.	N.	% a.a.
1832	5.103.469		-	
1842	5.957.889	1,56	6.419.016	1,52
1852	6.995.134	1,62	7.464.222	1,52
1862	8.402.458	1,85	8.679.618	1,52
1872	10.092.917	1,85	10.092.917	1,52

Fonte dos dados básicos: Merrick, Graham (1981); Mortara (1941)

Aceitando as premissas da estimativa de Merrick e Graham (1981), em 1862, a população brasileira seria de 8, 4 milhões de habitantes, constata-se que este número é 1,5% maior que a soma das contagens. Supondo que todas as aferições populacionais da época estavam sujeitas às mesmas imperfeições e subcontagens, os dados provinciais foram ajustados proporcionalmente, e os resultados são expostos na . Tal ajuste foi bem inferior que a expansão utilizada em Rodarte (2008) para corrigir os dados de 1832 (de 12%), o que pode ser atribuído a uma progressiva melhora dos levantamentos demográficos em cobrir efetivamente toda a população.

A expansão de 1,5% foi realizada proporcionalmente em todas as regiões, como se mostra na Tabela 3. Os tipos regionais ali observados foram descritos em Rodarte (2008: 96) e correspondem a uma classificação de dinâmicas de crescimento demográfico entre as décadas de 1830 e 1870. A proposta do presente trabalho é analisar a fase inicial desse período (1832-1862), comparando-a com os dez anos finais desse período (1862-1872).

Tabela 3 – Estimativa populacional, por condição; extensão territorial e densidade demográfica – Minas Gerais, 1862

Regiões	População (Em N.)			População (Em %)			Proporção Escravos (Em %)	Território e população		
	Condição		Total	Condição		T.		Extensão		Densidade (Hab./Km2)
	Livres	Escravos		L.	E.			Km2	%	
Tipo A	578.232	164.692	742.924	51,7	51,7	51,7	22,2	140.210	23,8	5,3
Tipo A.1	443.447	140.932	584.379	39,7	44,3	40,7	24,1	97.358	16,5	6,0
13. MCO	153.142	42.763	195.905	13,7	13,4	13,6	21,8	30.279	5,1	6,5
12. IPT	83.952	26.306	110.258	7,5	8,3	7,7	23,9	25.046	4,3	4,4
16. Sudeste	66.122	29.853	95.975	5,9	9,4	6,7	31,1	17.067	2,9	5,6
17. S. Central	140.231	42.010	182.241	12,5	13,2	12,7	23,1	24.966	4,2	7,3
Tipo A.2	134.785	23.760	158.545	12,1	7,5	11,0	15,0	42.852	7,3	3,7
10. Diamantina	41.442	7.298	48.740	3,7	2,3	3,4	15,0	14.221	2,4	3,4
02. VAMRSF	56.240	7.127	63.367	5,0	2,2	4,4	11,2	11.794	2,0	5,4
11. VMBRV	37.103	9.335	46.438	3,3	2,9	3,2	20,1	16.837	2,9	2,8
Tipo B	311.616	112.558	424.174	27,9	35,3	29,5	26,5	177.140	30,1	2,4
Tipo B.1	158.824	75.054	233.878	14,2	23,6	16,3	32,1	57.432	9,8	4,1
15. Mata	108.467	63.514	171.981	9,7	19,9	12,0	36,9	22.979	3,9	7,5
06. Araxá	50.357	11.540	61.897	4,5	3,6	4,3	18,6	34.453	5,9	1,8
Tipo B.2	152.792	37.504	190.296	13,7	11,8	13,2	19,7	119.708	20,3	1,6
08. SARSF	39.459	8.726	48.185	3,5	2,7	3,4	18,1	44.100	7,5	1,1
05. Triângulo	29.711	8.623	38.334	2,7	2,7	2,7	22,5	50.452	8,6	0,8
14. MCL	83.622	20.155	103.777	7,5	6,3	7,2	19,4	25.156	4,3	4,1
Tipo C	228.519	41.203	269.722	20,4	12,9	18,8	15,3	271.033	46,1	1,0
04. MN e SRD	120.318	19.821	140.139	10,8	6,2	9,8	14,1	139.661	23,7	1,0
03. Sertão	18.691	2.443	21.134	1,7	0,8	1,5	11,6	28.481	4,8	0,7
07. P e N	24.482	1.548	26.031	2,2	0,5	1,8	5,9	88.061	15,0	0,3
18. Sudoeste	65.028	17.390	82.418	5,8	5,5	5,7	21,1	14.830	2,5	5,6
Minas Gerais	1.118.367	318.453	1.436.820	100,0	100,0	100,0	22,2	588.384	100,0	2,4

Fonte dos dados básicos: Ver Tabela 1.

Estagnação e crescimento; ruptura e permanência

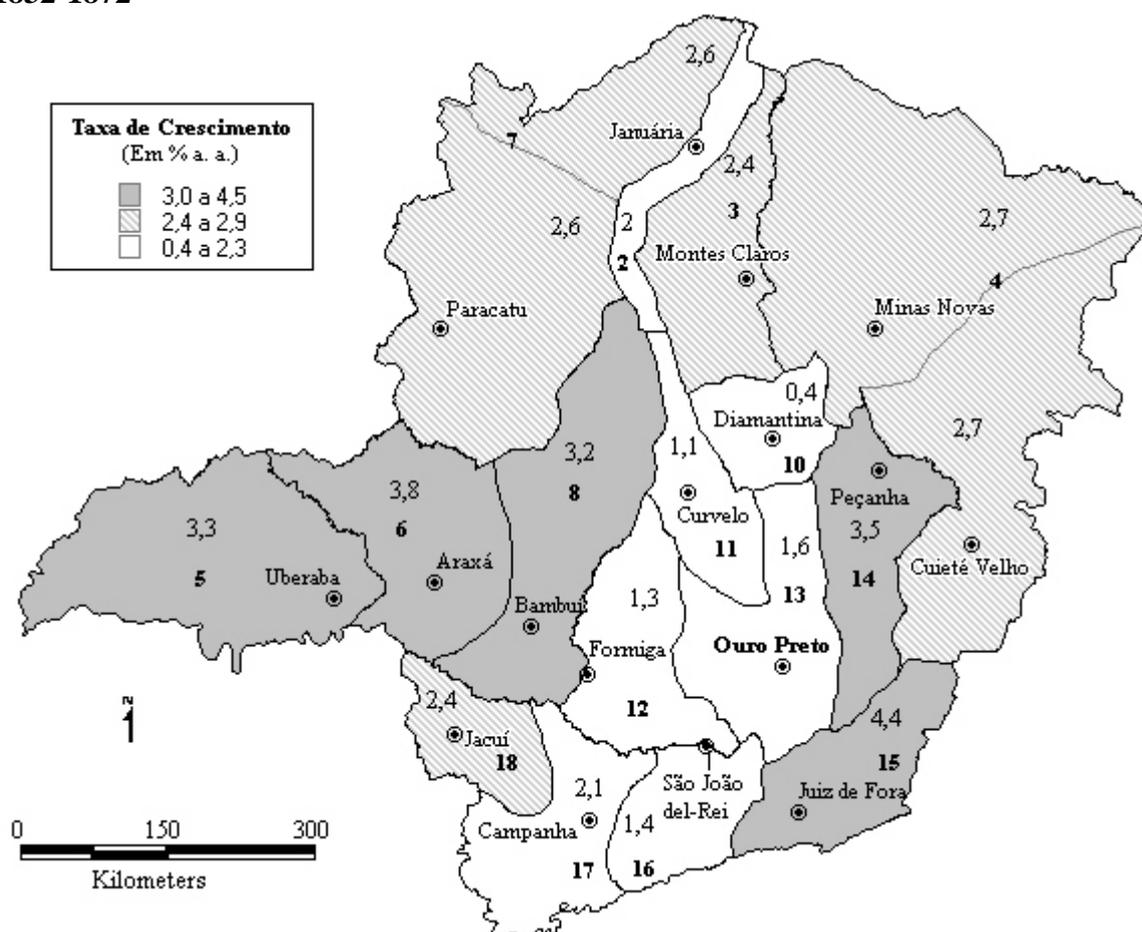
Em 1832 as províncias de Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro (contando com a Corte) e Pernambuco eram as mais populosas, sendo que cada uma dessas tinham contingentes que respondiam por mais de 10% do total do Império. A hierarquização da população pouco se alterou ao fim de quatro décadas, com província mineira mantendo a posição de mais populosa. Em relação às quatro províncias mais populosas, deve-se considerar que apenas Minas Gerais manteve uma taxa média de crescimento anual (2,3%) acima da média do Império, ao longo do período, o que, em termos absolutos, resultou no incremento de 1,2 milhões de pessoas.

Entre os períodos de 1832-1862 e o de 1862-1872 observaram-se várias transformações de relevo no quadro populacional brasileiro, dentre os quais: 1) a mudança do sinal da taxa de crescimento da população escrava, de positiva para negativa em muitas províncias, tais como a de Pernambuco; 2) aumento da taxa de crescimento de São Paulo; 3) aceleração do crescimento da população livre em São Paulo, Bahia e Minas Gerais.

Nos 40 anos de análise do comportamento demográfico da população de Minas Gerais, os comportamentos espacialmente distintos foram classificados, tendo as regiões tipo A de população maior, porém pouco dinâmica, as de tipo B caracterizada pelo vigoroso

crescimento, só explicado pela mobilidade populacional e, por fim, o tipo C, de dinâmica intermediária, determinada por crescimento vegetativo (Mapa 1). Os subtipos 1 e 2 definem, respectivamente o elevado uso de mão-de-obra escrava e da mão-de-obra livre (RODARTE, 2008; 2012).

Mapa 1 – Taxas médias anuais de crescimento da população total – Minas Gerais – 1832-1872



Fonte dos dados básicos: Estimativas de 1832 e 1872; Nota: **Regiões** pela definição de Godoy (1996): 2-Vale do Alto-Médio Rio São Francisco; 3-Sertão; 4-Minas Novas e Sertão do Rio Doce (agregadas); 5-Triângulo; 6-Araxá; 7-Paracatu e Extremo Noroeste (agregadas); 8-Sertão Alto Rio São Francisco; 9-; 10-Diamantina; 11-Vale do Médio-Baixo Rio das Velhas; 12-Intermediária de Pitangui-Tamanduá; 13-Mineradora Central Oeste; 14-Mineradora Central Leste; 15-Mata; 16-Sudeste; 17-Sul Central; 18-Sudoeste.

Período 1832-1862

Entre 1832 a 1862, portanto durante esses 30 anos a população mineira cresceu a 2.3% ao ano enquanto a média do Império era de 2,0%. Pela dinâmica interna o destaque é da perda de 2,2 (crescimento de -2,2, portanto) do quantitativo de escravo da Região de Diamantina, fruto principalmente do reconhecido e incontestado declínio da exploração de pedras preciosas, que fazia amplo uso de mão-de-obra escrava. O mesmo explica o decréscimo de 0,2 % em M.C.O. - Mineradora Central Oeste bem como seus crescimento de população livre serem abaixo da média da província, 2,0% e 1,8% respectivamente e da Província sendo a 2.7 a elevação de população livre. Há portanto, predomínio dessa tendência de baixas taxas de crescimento populacionais em regiões que estão sofrendo de uma estagnação econômica, tais como as regiões de: Mineradora Central Oeste (MCO),

Intermediária Pitangui-Tamanduá (IPT), Sudeste, Sul Central, Diamantina e Vale Médio Baixo R. das Velhas (VMBRV) (Tabela 4).

Tabela 4 – Taxas médias anuais de crescimento e tempo de duplicação, segundo condição, por tipos regionais e regiões. Minas Gerais, entre 1832 e 1862

Regiões/ tipos regionais	Taxa de crescimento (Em % a.a.)			Tempo de duplicação (em anos)
	Condição		Total	
	Livres	Escravos		
Tipo A	1,5	-0,6	0,9	80
Tipo A.1	1,2	-0,6	0,7	101
13. Mineradora Central Oeste (MCO)	0,6	-1,6	0,0	-
12. Intermediária Pitangui-Tamanduá (IPT)	1,0	-0,8	0,5	138
16. Sudeste	1,1	-0,4	0,5	130
17. Sul Central	2,3	0,9	1,9	37
Tipo A.2	2,4	-0,8	1,7	42
10. Diamantina	1,9	-2,4	0,7	93
02. Vale Alto-Médio R. S. Francisco (VAMRSF)	5,9	2,3	5,2	13
11. Vale Médio Baixo R. das Velhas (VMBRV)	0,4	-0,6	0,2	402
Tipo B	4,0	2,8	3,6	19
Tipo B.1	4,1	3,4	3,8	18
15. Mata	4,4	3,7	4,1	17
06. Araxá	3,4	2,0	3,1	22
Tipo B.2	3,9	1,9	3,4	20
08. Sertão Alto R. S. Franc. (SARSF)	3,1	1,8	2,8	24
05. Triângulo	4,8	2,5	4,1	17
14. Mineradora Central Leste (MCL)	4,1	1,8	3,5	20
Tipo C	2,8	1,1	2,5	28
04. Minas Novas e Sertão R. Doce (MN e SRD)	2,6	0,5	2,2	31
03. Sertão	1,6	0,0	1,4	51
07. Paracatu e Noroeste (P e N)	2,9	-0,8	2,5	28
18. Sudoeste	3,5	2,6	3,3	21
Minas Gerais	2,3	0,5	1,8	39

Fontes dos dados básicos: contagens populacionais da década de 1830, 1860 e Censo do Império de 1872

Em direção contrária na questão da dinâmica demográfica, estavam as outras regiões, como Araxá, Sertão Alto R. S. Franc. (SARSF), Triângulo, e a próxima a São Paulo e Rio de Janeiro, como a Mata e Sudoeste. Muitas delas, e todas em certo nível, possuíam economias dedicadas ao abastecimento interno de produtos alimentícios da própria Província bem como, para as regiões vizinhas principalmente as exportações para a Corte no Rio de Janeiro.

Período 1862-1872

Predomina entre 1862 e 1872 a visível diminuição de escravos nas regiões mineiras de diamantes. Não apenas por alguns deles estarem se tornando homens livres, ou como consequência da proibição do tráfico negreiro em 1850. Não obstante, a população de Minas continua a crescer, em termos gerais, com velocidade superior à da média do Império no período, ou seja, de 3,8% ao ano, sendo de 4,3% de homens livres e de 1,7% de escravos. Na Mata, o crescimento de livres foi de 6,4% e de 2,5 para cativos. Nesta região tais ritmos devem ter sido justificados pela economia do café que lá se firmou. Mas outras regiões, tais como Mineradora Central Oeste e Araxá, que eram movidas por outras atividades econômicas, tinham dinâmicas de crescimento ainda mais virtuosas (Tabela 5).

Tabela 5 – Taxas médias anuais de crescimento e tempo de duplicação, segundo condição, por tipos regionais e regiões. Minas Gerais, entre 1862 e 1872

Regiões/ tipos regionais	Taxa de crescimento (Em % a.a.)			Tempo de duplicação (em anos)
	Condição		Total	
	Livres	Escravos		
Tipo A	4,1	1,9	3,6	19
Tipo A.1	5,2	2,4	4,6	15
13. Mineradora Central Oeste (MCO)	7,2	4,3	6,6	10
12. Intermediária Pitangui-Tamanduá (IPT)	4,5	1,3	3,8	18
16. Sudeste	5,2	1,7	4,2	17
17. Sul Central	3,0	1,3	2,6	26
Tipo A.2	-0,7	-1,2	-0,8	-
10. Diamantina	-0,5	-0,2	-0,4	-
02. Vale Alto-Médio R. S. Francisco (VAMRSF)	-6,5	-11,8	-6,9	-
11. Vale Médio Baixo R. das Velhas (VMBRV)	4,4	2,5	4,0	17
Tipo B	5,3	2,0	4,5	15
Tipo B.1	6,3	2,8	5,3	13
15. Mata	6,4	2,5	5,1	14
06. Araxá	6,2	4,4	5,9	12
Tipo B.2	4,0	0,3	3,4	20
08. Sertão Alto R. S. Franc. (SARSF)	5,1	1,0	4,5	16
05. Triângulo	1,4	-0,8	0,9	-
14. Mineradora Central Leste (MCL)	4,3	0,5	3,7	19
Tipo C	3,5	-0,1	3,1	23
04. Minas Novas e Sertão R. Doce (MN e SRD)	4,7	0,6	4,2	16
03. Sertão	5,9	3,9	5,7	12
07. Paracatu e Noroeste (P e N)	2,6	5,5	2,8	25
18. Sudoeste	0,3	-2,5	-0,2	-
Minas Gerais	4,3	1,7	3,8	18

Fontes dos dados básicos: contagens populacionais da década de 1860 e Censo do Império de 1872

Considerações finais

Minas Gerais, ao longo do período analisado, não só manteve a posição da província mais populosa, como também ampliou sua fatia demográfica no Império, ao passar de 16,6% para 20,6% do total, entre 1832 e 1872. Os dados de 1862 mostram que a aceleração do crescimento deu-se mais nos 10 anos finais do período, com ritmo de 3,8% anuais, inferior apenas a São Paulo (5,4%) entre as 10 províncias mais populosas.

Nos primeiros trinta anos, a população mineira cresceu de forma mais moderada (1,8%), com taxa semelhante à brasileira (1,7%). Tal comportamento reflete, de um lado, a depopulação em importantes regiões centrais da província (em especial, a Mineradora Central Oeste, onde o baixo crescimento de livres foi anulado pelo decréscimo de escravos, mantendo a população com crescimento nulo) e, de outro lado, o rápido crescimento de regiões periféricas ao povoamento original, pela expansão da fronteira agrícola (como Mata e Triângulo, ambas em 4,1% a.a.), e de áreas com economia local vigorosa (como Vale do Alto Médio São Francisco, com 5,2%).

A dinâmica demográfica captada pela pesquisa acena para um período de relativa involução econômica na primeira metade do século XIX e uma retomada do dinamismo no momento seguinte, bem ao modo como apregoava Furtado (1977). Contudo, tal dinamismo

não se deu apenas nas áreas que experimentavam a expansão do café, mas também em lugares que eram palco de uma economia diversificada, como também no apontou Martins (2004). Os próximos movimentos da pesquisa em andamento visarão, justamente, realizar um estudo combinado da evolução demográfica e econômica, ao fazer uso dos dados econômicos do censo de 1861 e das listas de fogos de 1862.

Fontes e referências bibliográficas

Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes para o anno de 1864 organizado e redigido por A. de Assis Martins e J. Marques de Oliveira, 2º. Anno, Ouro Preto, Typogaphia do Minas Geraes, 1864.

<<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=393428&PagFis=1>>. Acesso em: 19 set. 2014.

BASSANEZI, Maria S. B.(org.). **São Paulo do passado: Dados demográficos. V. II: 1854.** Campinas: NEPO/Unicamp, 1998. 435p.

<<http://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/censos/1854.pdf>>. Acesso em: 3 mai. 2014.

BOTELHO, Tarcísio R. **População e nação no Brasil do século XIX.** 1998. 241 f. Tese (Doutorado em História) - Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** 15. ed. São Paulo: Nacional, 1977. 248 p.

GODOY, Marcelo M. **Intrépidos viajantes e a construção do espaço:** uma proposta de regionalização para as Minas Gerais do século XIX. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1996. 112 p. (Texto para discussão, 109).

MARTINS, Maria do Carmo Salazar; SILVA, Helenice Carvalho Cruz da; LIMA, Maurício Antônio de Castro. População de Minas Gerais na segunda metade do Séc. XIX. In: X Seminário Sobre a Economia Mineira. X, 2002, Diamantina. In: **Anais...** Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2002. p. 1-25.

MARTINS, Roberto B. Minas e o tráfico de escravos no século XIX, outra vez. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; LAPA, José R. do A. (Orgs.). **História econômica da independência e do império,** São Paulo: ABPHE, 2002. p. 99-130.

MERRICK, Thomas W., GRAHAM, Douglas H. **População e desenvolvimento econômico no Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981. 442 p.

MORTARA, Giorgio. Estudos sobre a utilização do censo demográfico para a reconstrução das estatísticas do movimento da população do Brasil. VI. Sinopse da dinâmica da população do Brasil nos últimos cem anos. **Revista Brasileira de Estatística.** Rio de Janeiro, v. 2, n. 6, p. 267-276, Abr./Jun. 1941.

PAULA, João A. de. O mercado e o mercado interno no Brasil. **História Econômica & História de Empresas,** São Paulo, v. 1, n. 1 , p. 7-39, jan./jun. 2002.

RODARTE, Mario M. S. **O trabalho do fogo:** perfis de domicílios enquanto unidades de produção e reprodução na Minas Gerais Oitocentista. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG,

2008. 365f. Tese (doutorado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

RODARTE, Mario M. S. **O trabalho do fogo: domicílios ou famílias do passado** Minas Gerais, 1830. 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. v. 1. 279p .

RODARTE, Mario M. S. *et al.* **O banco de dados dos inquéritos provinciais da segunda metade do século XIX**, Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2003. 33 p. (Texto para discussão, 206).

SENRA, Nelson. **História das estatísticas brasileiras: Volume I – Estatísticas desejadas (1822-c.1889)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. 614p.

SOUSA e SILVA, Joaquim Norberto de. **Investigação sobre os recenseamentos da população geral do Império e de cada província de per si tentados desde os tempos coloniais até hoje**. São Paulo: IPE/USP, 1986. (ed. fac-similar; 1ª ed.: 1870).

Apêndice

Tabela 6 – População total recenseada, por tipos, subtipos regionais e regiões – Minas Gerais – 1862

Tipo, subtipos e regiões	Dados 62 ou inferidos 32 e 72				Pro Rata				Total			
	Livres	Escravos	Total		Livres	Escravos	Total		Livres	Escravos	Total	
			N	%			N	%			N	%
Tipo A	525.890	151.461	677.351	92,6	43.624	10.748	54.372	7,4	569.514	162.209	731.723	100,0
Tipo A.1	418.543	132.533	551.076	95,7	18.218	6.274	24.492	4,3	436.761	138.807	575.568	100,0
Mineradora Central Oeste	150.833	42.118	192.951	100,0					150.833	42.118	192.951	100,0
Intermediária de Pitangui-Tamanduá	78.912	24.728	103.640	95,4	3.774	1.182	4.956	4,56	82.686	25.910	108.596	100,0
Sudeste	60.090	27.130	87.220	92,3	5.035	2.273	7.308	7,73	65.125	29.403	94.528	100,0
Sul Central	128.708	38.557	167.265	93,2	9.409	2.819	12.228	6,81	138.117	41.376	179.493	100,0
Tipo A.2	107.347	18.928	126.275	80,9	25.406	4.474	29.880	19,1	132.753	23.402	156.155	100,0
Diamantina	15.411	2.714	18.125	37,8	25.406	4.474	29.880	62,24	40.817	7.188	48.005	100,0
Vale do Alto-Médio Rio São Francisco	55.392	7.020	62.412	100,0					55.392	7.020	62.412	100,0
Vale do Médio-Baixo Rio das Velhas	36.544	9.194	45.738	100,0					36.544	9.194	45.738	100,0
Tipo B	248.106	86.826	334.932	80,2	58.812	24.034	82.846	19,8	306.918	110.860	417.778	100,0
Tipo B.1	129.885	58.379	188.264	81,7	26.545	15.543	42.088	18,3	156.430	73.922	230.352	100,0
Mata	80.287	47.013	127.300	75,2	26.545	15.543	42.088	24,85	106.832	62.556	169.388	100,0
Araxá	49.598	11.366	60.964	100,0					49.598	11.366	60.964	100,0
Tipo B.2	118.221	28.447	146.668	78,3	32.267	8.491	40.758	21,7	150.488	36.938	187.426	100,0
Sertão do Alto São Francisco	38.864	8.594	47.458	100,0					38.864	8.594	47.458	100,0
Triângulo	14.743	4.279	19.022	50,4	14.520	4.214	18.734	49,62	29.263	8.493	37.756	100,0
Mineradora Central Leste	64.614	15.574	80.188	78,5	17.747	4.277	22.024	21,55	82.361	19.851	102.212	100,0
Tipo C	170.923	30.587	142.271	53,6	54.322	9.823	64.145	24,1	225.245	40.410	265.655	100,0
Minas Novas	86.357	14.550	100.907	77,0	25.779	4.344	30.123	22,99	112.136	18.894	131.030	100,0
Sertão do Rio Doce	1.125	111	1.236	17,7	5.243	517	5.760	82,33	6.368	628	6.996	100,0
Sertão	18.409	2.406	20.815	100,0					18.409	2.406	20.815	100,0
Paracatu	18.292	1.021	19.313	75,3	5.992	334	6.326	24,67	24.284	1.355	25.639	100,0
Sudoeste	46.740	12.499	59.239	73,0	17.308	4.628	21.936	27,02	64.048	17.127	81.175	100,0
Total	944.919	268.874	1.154.554	81,6	156.758	44.605	201.363	14,23	1.101.677	313.479	1.415.156	100,0

Fonte dos dados básicos: Ver Tabela 1.

Tabela 7 – População total recenseada, por província, em ordem de tamanho populacional em 1872, e taxas de crescimento - Brasil e Províncias, em vários anos – 1818 - 1872.

Províncias e Brasil	1º Período (1818-1832)				2º Período (1832-1862)				3º Período (1862-1872)		Taxa de crescimento 1818-1872	
	1818 (1)	Segunda contagem (2)		Taxa de cresc.	1832 (3)	Terceira contagem (4)		Taxa de cresc.	1862 (5)	Censo 1872		Taxa de cresc.
		Ano	Total			Ano	Total					
Brasil	3.596.132	-	-	1,7	4.553.850	-	-	2,0	8.277.292	10.092.917	2,0	1,9
1-Minas Gerais	631.885	1832	756.657	1,3	756.657	1862	1.415.156	2,1	1.415.156	2.083.545	3,9	2,2
2-Bahia	477.912	1854	1.100.000	2,3	660.911	1870	1.136.767	1,4	1.014.113	1.379.616	3,1	2,0
3-Corte e RJ	510.000	-	-	1,0	587.723	-	-	2,3	1.158.151	1.094.576	-0,6	1,4
Rio de Janeiro	390.669	1850	556.003	1,1	455.894	1868	1.100.000	2,5	949.813	819.604	-1,5	1,4
Corte	119.331	1838	137.578	0,7	131.829	1870	235.381	1,5	208.338	274.972	2,8	1,6
4-Pernambuco	368.465	1854	950.000	2,7	532.546	1854	950.000	2,7	1.172.545	841.539	-3,3	1,5
5-São Paulo	238.323	1836	284.266	1,0	273.345	1854	418.532	2,0	488.661	837.354	5,5	2,4
6-Ceará	201.170	1860	503.703	2,2	273.170	1868	560.000	2,0	496.854	721.686	3,8	2,4
7-Rio Grande do Sul	92.180	1857	282.547	2,9	137.804	1863	392.725	3,4	379.679	446.962	1,6	3,0
8-Paraíba	96.448	1850	212.466	2,5	136.256	1868	300.000	2,2	263.023	376.226	3,6	2,6
9-Maranhão	200.000	1854	360.000	1,6	251.364	1854	360.000	1,6	410.232	360.640	-1,3	1,1
10-Alagoas	111.973	1849	207.796	2,0	148.041	1869	328.230	2,2	282.330	348.009	2,1	2,1
11-Pará	123.901	1853	187.094	1,2	146.106	1853	187.094	1,2	208.010	275.237	2,8	1,5
12-Sergipe	114.996	1854	183.600	1,3	137.943	1854	183.600	1,3	203.717	234.643	1,4	1,3
13-Rio Grande do Norte	70.921	1855	132.296	1,7	89.790	1855	132.296	1,7	148.859	233.979	4,6	2,2
14-Piauí	61.226	1854	150.400	2,5	86.841	1866	171.970	2,0	158.688	211.822	2,9	2,3
15-Goiás	63.168	1856	121.986	1,7	80.500	1862	135.000	1,7	135.000	160.395	1,7	1,7
16-Santa Catarina	44.031	1854	105.000	2,4	61.736	1866	119.181	2,0	110.306	159.802	3,8	2,4
17-Paraná	59.942	1854	72.400	0,5	64.509	1868	100.000	1,2	92.954	126.722	3,1	1,4
18-Espírito Santo	72.845	1854	51.300	-1,0	63.559	1854	51.300	-1,0	47.455	82.137	5,6	0,2
19-Mato Grosso	37.396	1828	38.357	0,3	38.748	1862	52.688	1,0	52.688	60.417	1,4	0,9
20-Amazonas	19.350	1854	42.600	2,2	26.301	1865	40.420	1,3	38.871	57.610	4,0	2,0

Fontes dos dados básicos: (1) Estimativa do Conselheiro Antônio Rodrigues Velloso de Oliveira, adaptado para os limites provinciais da década de 1870 por Joaquim Norberto de Souza e Silva (1986: 162-3); (2) Minas Gerais: ver combinação de contagens apresentadas em Rodarte (2008: 290); Demais províncias: contagens apresentadas em Joaquim Norberto de Souza e Silva (1986) e Botelho (1998); (3) Resultados obtidos mediante interpolações entre 1818 e as contagens regionais; (4) Minas Gerais: ver combinação de contagens no início da década de 1860; Demais províncias: contagens apresentadas em Joaquim Norberto de Souza e Silva (1986) e Botelho (1998); (5) Resultados obtidos mediante interpolações entre 1832 e as contagens regionais.

Tabela 8 - Estimativas populacionais ajustadas. Brasil, 1832, 1862 e 1872

Províncias e Brasil	1832			1862			1872			Taxa de crescimento (em % a. a.)					
	Livres	Escravos	Total	Livres	Escravos	Total	Livres	Escravos	Total	1832-1862			1862-1872		
										Livres	Escravos	Total	Livres	Escravos	Total
1-Minas Gerais	572.099	276.098	848.197	1.118.367	318.453	1.436.820	1.705.419	378.126	2.083.545	2,3	0,5	1,8	4,3	1,7	3,8
2-Bahia	548.113	192.400	740.513	843.607	185.694	1.029.301	1.211.792	167.824	1.379.616	1,4	-0,1	1,1	3,7	-1,0	3,0
3-Corte e RJ	400.112	258.746	658.858	837.725	337.779	1.175.504	739.212	355.364	1.094.576	2,5	0,9	1,9	-1,2	0,5	-0,7
Rio de Janeiro	316.925	193.932	510.857	683.120	281.482	963.762	513.179	306.425	819.604	2,6	1,2	2,1	-2,8	0,9	-1,6
Corte (Mun. Neutro)	83.187	64.303	147.490	155.445	56.296	211.742	226.033	48.939	274.972	2,1	-0,4	1,2	3,8	-1,4	2,6
4-Pernambuco	458.292	138.304	596.596	1.002.413	188.215	1.190.628	752.511	89.028	841.539	2,6	1,0	2,3	-2,8	-7,2	-3,4
5-São Paulo	213.835	92.373	306.208	361.306	134.439	495.745	680.742	156.612	837.354	1,8	1,3	1,6	6,5	1,5	5,4
6-Ceará	240.884	65.324	306.208	470.538	34.450	504.147	689.773	31.913	721.686	2,3	-2,1	1,7	3,9	-0,8	3,7
7-Rio Grande do Sul	110.235	44.400	154.635	308.370	77.303	385.673	377.277	69.685	446.962	3,5	1,9	3,1	2,0	-1,0	1,5
8-Paraíba	128.607	23.987	152.594	237.790	29.409	267.198	354.700	21.526	376.226	2,1	0,7	1,9	4,1	-3,1	3,5
9-Maranhão	127.076	154.635	281.711	360.465	55.456	416.762	285.367	75.273	360.640	3,5	-3,4	1,3	-2,3	3,1	-1,4
10-Alagoas	88.800	77.063	165.863	223.505	63.018	286.524	312.268	35.741	348.009	3,1	-0,7	1,8	3,4	-5,5	2,0
11-Pará	126.566	37.255	163.821	183.174	27.728	210.902	247.779	27.458	275.237	1,2	-1,0	0,8	3,1	-0,1	2,7
12-Sergipe	120.442	34.193	154.635	164.688	42.012	206.700	204.524	30.119	234.643	1,0	0,7	1,0	2,2	-3,3	1,3
13-Rio Grande do N.	86.759	13.779	100.538	126.877	23.527	151.244	220.959	13.020	233.979	1,3	1,8	1,4	5,7	-5,7	4,5
14-Piauí	78.083	19.393	97.476	141.161	19.326	161.327	186.897	24.925	211.822	2,0	0,0	1,7	2,8	2,6	2,8
15-Goiás	61.242	29.089	90.331	122.676	14.284	136.960	149.743	10.652	160.395	2,3	-2,3	1,4	2,0	-2,9	1,6
16-Santa Catarina	56.138	13.269	69.407	97.469	15.124	111.753	144.818	14.984	159.802	1,9	0,4	1,6	4,0	-0,1	3,6
17-Paraná	61.242	11.227	72.469	84.025	10.083	94.108	116.162	10.560	126.722	1,1	-0,4	0,9	3,3	0,5	3,0
18-Espírito Santo	52.055	19.394	71.449	36.131	11.763	47.894	59.478	22.659	82.137	-1,2	-1,7	-1,3	5,1	6,8	5,5
19-Mato Grosso	30.110	13.269	43.379	40.332	13.444	53.776	53.750	6.667	60.417	1,0	0,0	0,7	2,9	-6,8	1,2
20-Amazonas	22.966	5.615	28.581	37.811	1.680	39.492	56.631	979	57.610	1,7	-3,9	1,1	4,1	-5,3	3,8
Brasil	3.583.656	1.519.813	5.103.469	6.798.430	1.603.187	8.402.458	8.549.802	1.543.115	10.092.917	2,2	0,2	1,7	2,3	-0,4	1,9

Fonte dos dados básicos: ver Tabela 7. Dados de 1832 e 1882 ajustados por taxas de crescimento estimadas por Merrick e Graham (1981).